

Apresentação.....	5
ADVOCACIA PÚBLICA E DIREITO COLETIVO À PROIBIDADE ADMINISTRATIVA: ANÁLISE DO JULGAMENTO DO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO Nº 1.165.456/SE Marcelo Rodrigues Mazzei.....	7
ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE COMPLIANCE HUMANIZADO NA ERA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL Phillip Gil França	19
ASPECTOS JURÍDICOS E FINANCEIROS NA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira	29
QU'EST-CE QUI AMENE UN EMPEREUR ROMAIN, UN DES DIPLOMATES LES PLUS DOUES DU MONDE, UNE REINE DESTITUEE ET UN EMPEREUR MEDIEVAL A BERNEX? Alexandre Zielinsky Arregui e Márcia Rosa de Lima	42
MODELO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA MEDIAÇÃO AMBIENTAL E FUNDIÁRIA NO BRASIL Rachel Lopes Queiroz Chacur	61
PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE: PESQUISA DE ACÓRDÃOS E CONSULTA PROCESSUAL Oscar Valente Cardoso	78
A TEORIA DISCURSIVA DO DIREITO DE JÜRGEN HABERMAS Carlos Rogério Guedes Pires.....	95

Apresentação

Trazendo conteúdos sobre administração pública, direitos sociais, *compliance*, regularização fundiária, problemas ambientais, preservação da cultural, proteção de dados pessoais e teoria discursiva do direito de Jürgen Habermas, apresentamos a edição número 13, da *Revista da ESDM*. Este número reúne sete artigos produzidos por advogados, procuradores municipais, professores e pesquisadores, com a presença de autores mestres e doutores, trazendo conteúdos que congregam contribuições para os estudos na área do Direito, especialmente na área do Direito Público Municipal.

Abre a edição o texto “Advocacia Pública e Direito Coletivo à Probidade Administrativa: análise do julgamento do agravo regimental no recurso extraordinário com agravo Nº 1.165.456/SE”, de autoria de Marcelo Rodrigues Mazzei. O autor analisa os efeitos decorrentes da decisão do STF que declarou incompatível com a Constituição Federal a autorização prévia do Chefe do Poder Executivo para o ajuizamento, por parte da Advocacia Pública, de ação de improbidade administrativa.

Na sequência, Phillip Gil França reflete sobre a relação entre *compliance* e direitos humanos fundamentais, com base em metodologia descritiva conceitual. Para tratar sobre o assunto, em “Algumas Reflexões sobre *Compliance* Humanizado na Era da Inteligência Artificial”, o autor se baseia na ideia de que todo cidadão, ligado a entidade pública ou privada, deve se importar com o *compliance* e perceber sua importância, especialmente nessa da inteligência artificial.

Para falar sobre problemas ambientais e fundiários, este número traz dois artigos: o texto “Aspectos Jurídicos e Financeiros na Regularização Fundiária”, de Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira, discorre sobre o direito fundamental à moradia digna previsto no artigo 6º da Constituição Brasileira de 1988; e “Modelo de Participação Popular na Mediação Ambiental e Fundiária no Brasil”, produzido por Rachel Lopes Queiroz Chacur, propõe a implantação de parâmetros de participação dos sujeitos envolvidos no conflito para obterem a solução do problema ambiental.

Ainda nesta seção, para refletir sobre a conscientização da preservação da cultural e arqueológica diante da expansão demográfica, apresentamos o texto de Alexandre Zielinsky Arregui e Márcia Rosa de Lima, “*Qu’est-ce qui amène un empereur romain, un des diplomates les plus doués du monde, une reine destituée et un empereur médiéval à Bernex?.* O texto apresenta o estudo realizado junto à diversos atores do vilarejo de Bernex, no cantão de Genebra na Suíça, e relata sobre o quão frágil é a tensão entre o interesse político e econômico do desenvolvimento, e o apagamento (ou pulverização gradual) da memória cultural atrelada à área que deixa de existir em virtude da exploração imobiliária.

Neste momento de adequações às novas exigências da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018), o autor Oscar Valente Cardoso, em “Proteção de Dados Pessoais e Princípio da Publicidade: Pesquisa de Acórdãos e Consulta Processual”, exami-

na as principais consequências produzidas pela Lei sobre o princípio da publicidade processual, a partir de seu conceito e aplicação prática (inclusive nos processos eletrônicos) e das normas legais sobre a publicidade e a proteção de dados pessoais, com as consequências sobre a publicação dos atos processuais, a pesquisa de acórdãos e a consulta processual.

Fechando a edição, o esforço de exposição da teoria discursiva do direito de Jürgen Habermas é o assunto abordado por Carlos Rogério Guedes Pires, no texto “A Teoria Discursiva do Direito de Jürgen Habermas”. O autor investiga a tese weberiana da legitimação racional-legal com o objeto de compreender/desvelar a legitimidade que decorre da legalidade.

A revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público e proporcionar maior democratização mundial do conhecimento, sendo um periódico científico semestral, com publicações ininterruptas desde 2015, que tem por missão promover o aprimoramento dos estudos na área do Direito, especialmente na área do Direito Público Municipal.

Atualmente, a *Revista da ESDM* está indexada nas seguintes bases de dados, que cooperam na divulgação do material: LATINDEX; Base de dados da Rede Virtual de Bibliotecas Congresso Nacional - RVBI; Sumários de Revistas Brasileiras (Sumários.org); Diadorim.

Nossos agradecimentos aos que contribuíram com mais esta edição. Aos autores que submeteram seus trabalhos e aos pareceristas pela significativa colaboração prestada.

Aos leitores, em nome de todos os autores, desejamos uma boa leitura.

Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira

Diretora Editorial da Revista da ESDM

Procuradora Municipal de Porto Alegre